

ARTICULAÇÃO ENTRE SABERES E PRÁTICAS NA BUSCA PELA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (PNAN) EM PLANO ESTADUAL DE SAÚDE

JENIFER IMMIG¹, ALESSANDRA REGINA MÜLLER GERMANI²

1 Introdução

Parte das proposições nas políticas de saúde está diretamente relacionada às pressões sociais exercidas por determinados segmentos populacionais que buscam garantir o reconhecimento de suas especificidades no acesso e atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (Brito *et al.*, 2024). Nesse sentido, busca-se construir práticas de saúde coletiva que dialoguem com a diversidade de saberes e práticas existentes nas comunidades.

Inserida nesse contexto, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), instituída em 1999 e atualizada em 2011, é estruturada em nove diretrizes: atenção nutricional; promoção da alimentação adequada e saudável; vigilância alimentar e nutricional; gestão das ações; participação e controle social; qualificação da força de trabalho; regulação de alimentos; produção de conhecimento; e articulação intersetorial para a segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2013).

Integrando a Política Nacional de Saúde, a PNAN se insere no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional e, para sua efetivação, é fundamental que os estados definam, de forma clara e objetiva, estratégias nos Planos Estaduais de Saúde (PES), considerando as necessidades específicas de suas populações.

2 Objetivos

Analisar o Plano Estadual de Saúde (PES 2024-2027) do Rio Grande do Sul (RS) a fim de identificar as estratégias de articulação entre os saberes e práticas, científicas e populares, adotadas pelo estado com vistas a efetivação da PNAN;

Identificar os limites e as potencialidades dessas estratégias bem como os atores sociais

¹ Acadêmica de Medicina, Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, campus Passo Fundo - RS, Inovação em Saúde Coletiva: políticas, saberes e práticas de promoção da saúde, contato:jenifer.immig@estudante.uffs.edu.br.

² Mestrado em Enfermagem/UFSC, Doutorado em Extensão Rural/UFSC e docente da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Passo Fundo – RS. Orientador (a).

envolvidos e a participação dos movimentos sociais de luta pela terra e Reforma Agrária.

3 Metodologia

Este é um estudo de abordagem qualitativa, realizado entre 1º de setembro de 2024 e 31 de agosto de 2025. Os procedimentos metodológicos adotados incluíram pesquisa bibliográfica e documental, e a análise das informações foi pautada no Método de Análise de Conteúdo, proposto por Bardin (2004). Os dados foram coletados do PES 2024-2027 do Rio Grande do Sul. Após caracterizado o cenário de estudo, foram definidas como unidades de análise cada uma das nove diretrizes da PNAN e elaboradas duas seções de análise: Estratégias de ação descritas no PES/RS com vistas à efetivação da PNAN e Articulação entre as estratégias descritas no plano e os saberes e práticas científicas e populares: limites, potencialidades e atores sociais.

4 Resultados e Discussão

A **organização da atenção nutricional** é a diretriz da PNAN que orienta a organização das ações de alimentação e nutrição no SUS de forma integrada e contínua. Nesse contexto, observou-se que o PES apresenta avanços, com destaque para a Linha de Cuidado do Sobrepeso e Obesidade. O estado conta com 628 nutricionistas, realiza ações educativas, exames de rotina e investe na qualificação profissional. Além disso, promove o cuidado infantil com a Caderneta da Criança, mantém 10 bancos de leite humano e para casos complexos, há 7 unidades hospitalares especializadas em obesidade. Esses elementos demonstram alinhamento do PES com a primeira diretriz da PNAN.

Sobre a **promoção da alimentação adequada e saudável**, diretriz que objetiva incentivar práticas alimentares que melhorem a saúde e previnam doenças, o PES contempla algumas ações. O documento destaca a atuação de 104 Academias da Saúde, ações de agentes comunitários, incentivo ao aleitamento materno e metas para qualificar o acesso a terapias nutricionais. Além disso, o estado aderiu amplamente ao Programa Saúde na Escola, promovendo educação alimentar e práticas saudáveis. Esses achados indicam cumprimento pleno dessa diretriz da PNAN.

O instrumento analisado demonstra alinhamento com **vigilância alimentar e nutricional**, diretriz que estabelece o acompanhamento sistemático do estado nutricional e do consumo alimentar da população. O estado utiliza os dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para mapear os indicadores nutricionais dos gaúchos e reconhece a importância dessas informações no planejamento de ações de saúde. Também utiliza

marcadores de consumo alimentar para identificar padrões alimentares, evidenciando o uso estratégico da vigilância nutricional e o compromisso com o monitoramento contínuo.

Em relação à **gestão das ações de alimentação e nutrição**, o PES foca na alocação e monitoramento dos recursos financeiros para garantir eficiência no gasto público, com metas para ampliar o cofinanciamento e incentivos estaduais à Atenção Primária à Saúde no estado. Embora o RS tenha superado a meta mínima de aplicação de 12% do orçamento em saúde, o documento não detalha a distribuição desses recursos nem especifica valores destinados às ações de alimentação e nutrição. Dessa forma, apesar de contemplar aspectos gerais da gestão, o plano carece de ações específicas para essa área, cumprindo parcialmente essa diretriz.

O PES reforça o compromisso com a **participação e o controle social**, alinhando-se à essa diretriz da PNAN. A elaboração do documento contou com a participação dos conselhos municipais e estaduais de saúde, garantindo diversidade de vozes no processo decisório. O plano destaca que a maioria dos municípios registra reuniões intersetoriais ou com conselhos locais, e realiza, a cada quatro anos, a Conferência Estadual de Saúde. Além disso, pretende ampliar a taxa de resposta da Ouvidoria do SUS e prevê a realização de plenárias e seminários estaduais para fortalecer o controle social. Dessa forma, alimentação e nutrição estão integradas aos espaços participativos, evidenciando o pleno atendimento dessa diretriz no plano estadual.

Tratando-se da **qualificação da força de trabalho**, diretriz da PNAN sobre formação, educação permanente e capacitação dos profissionais de saúde para garantir a qualidade das ações de alimentação e nutrição no SUS, o PES a atende plenamente. O documento estabelece metas claras para capacitar trabalhadores, gestores e usuários, implementar a Política Estadual de Educação Permanente em Saúde Coletiva, formar profissionais em Saúde Pública e ampliar os Núcleos Municipais de Educação em Saúde. Além disso, incentiva à formação de equipes multiprofissionais por meio do Programa Estadual de Incentivos e da Rede Bem Cuidar RS.

Avaliando o **controle e a regulação dos alimentos**, diretriz da PNAN que trata das ações que garantam a inocuidade e a qualidade nutricional dos alimentos, o PES destaca a atuação da Vigilância Sanitária na elaboração de normas, fiscalização e capacitação técnica. Entre as metas, inclui a qualificação das vigilâncias e o monitoramento de surtos alimentares. O plano também aponta o perfil produtivo rural baseado em monoculturas intensivas no uso de agrotóxicos, evidenciando preocupação com a saúde pública e movimentos sociais ligados ao acesso à terra. Assim, o plano estadual atende plenamente essa diretriz da PNAN.

O PES contempla de forma parcial a diretriz de **pesquisa, inovação e conhecimento**

em alimentação e nutrição da PNAN. Nesse contexto, embora apresente metas amplas para a implementação da Política de Pesquisa da Secretaria Estadual de Saúde e conte com o Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o plano não define ações ou metas específicas voltadas à alimentação e nutrição. Destaca-se ainda a atuação da Rede de Educação em Saúde Coletiva como espaço para a produção e troca de saberes em saúde, mas a falta de especificidade evidencia que a diretriz é abordada de forma geral.

Em relação à **cooperação e articulação para a segurança alimentar e nutricional**, o PES destaca diversas ações intersetoriais que envolvem saúde, educação, assistência social e universidades. Entre as iniciativas, o plano reforça a participação no Programa Saúde na Escola, a cooperação com o CRAS para acompanhamento das famílias beneficiárias do Bolsa Família e a articulação entre o estado, instituições acadêmicas e serviços de saúde para fortalecer a formação profissional e o cuidado integral. Essas estratégias demonstram o compromisso do estado em promover a integração entre setores, cumprindo essa diretriz em sua totalidade.

No que se refere à articulação entre as estratégias do PES e os saberes científicos e populares para a efetivação da PNAN, observa-se que, embora o plano incorpore diretrizes baseadas em evidências e políticas consolidadas do SUS, a integração com os saberes populares ainda é limitada. O documento menciona políticas como a de Práticas Integrativas e Complementares e a de Equidade em Saúde, mas carece de metas e ações concretas que incentivem a escuta das comunidades e a valorização das práticas populares no campo da alimentação e do cuidado, configurando-se como sua principal fragilidade.

Por outro lado, o reconhecimento da intersetorialidade é uma das principais potencialidades do instrumento. Programas como o Saúde na Escola e a cooperação com o CRAS ilustram essa abordagem. Essa abertura está alinhada com a Política Nacional de Educação Popular em Saúde, a qual valoriza o saber popular por meio da escuta qualificada.

Por fim, os atores sociais - conselhos de saúde, movimentos sociais, lideranças comunitárias, profissionais da saúde e da educação, instituições acadêmicas - são fundamentais para fortalecer a escuta qualificada e a construção coletiva das políticas públicas. Nesse sentido, práticas metodológicas colaborativas que incorporam o protagonismo dos territórios são essenciais para superar a verticalização das políticas.

5 Conclusão

Este estudo analisou o Plano Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (PES/RS) quanto à articulação entre saberes científicos e populares na efetivação da PNAN. Identificou a

ausência de um capítulo específico sobre a política e uma abordagem genérica do tema, o que fragiliza a definição de metas e a implementação das diretrizes. Apesar disso, há valorização dos saberes tradicionais e da equidade em saúde, embora sem conexão direta com a PNAN. As diretrizes 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 9 aparecem estruturadas no plano, enquanto as diretrizes 4 e 8, relacionadas à gestão e pesquisa, são pouco desenvolvidas. A Atenção Primária à Saúde é o principal agente de implementação, mas os movimentos sociais têm participação limitada no debate.

Conclui-se que o PES precisa fortalecer a integração entre diferentes saberes e tornar-se mais sensível às demandas da população, visando maior equidade e efetividade das políticas públicas de alimentação e nutrição.

Referências Bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo Lisboa**: Edições 70, 1977.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde e Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Editora MS, 2013. Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

BRITO, Pedro Nascimento Araujo *et al.* O que se tem discutido sobre Educação Popular em Saúde nos últimos anos: uma revisão narrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 29, n. 6, p. 1-11, jun. 2024. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232024296.12542023>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2024.v29n6/e12542023/>. Acesso em: 22 set. 2024.

Palavras-chave: Atenção; Gestão; Monitoramento; Saúde; Segurança Alimentar e Nutricional.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES-2024-0375

Financiamento:

